

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.221 - SP (2019/0015835-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EVERTON ROBERTO BITENCOURT DE VARGAS
AGRAVANTE : MARLA CONCEICAO MACHADO DE VARGAS
AGRAVANTE : PRISCILLA FERRAZ MARTINEZ
AGRAVANTE : JOSE VALMOR DE VARGAS
AGRAVANTE : LUIZA TEREZINHA BITENCOURT DE VARGAS
ADVOGADOS : RAFAEL DE ASSIS HORN - SC012003
FABIO KUNZ DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SC023100
BRUNO THIAGO RABELO DA SILVA - SC037276
AGRAVADO : LAVASECCO FRANCHISING LTDA
ADVOGADO : CLAUDIA LOPES FONSECA E OUTRO(S) - SP151683
AGRAVADO : MONT BLANC SERVICOS DE LAVANDERIA EIRELI
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417
ADVOGADA : FERNANDA HOROVITZ FRANKEL E OUTRO(S) - SP195016
INTERES. : AZURRA SERVICOS DE LAVANDERIA LTDA - ME

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EVERTON ROBERTO BITENCOURT DE VARGAS e OUTROS, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no art.105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 360, e-STJ):

FRANQUIA - Ação de rescisão contratual c.c. indenização proposta pela franqueadora - Rescisão imotivada do contrato - Ocorrência - Franqueado que fechou loja sem comunicar franqueadora - Caso fortuito - Inocorrência - Multa contratual - Cabimento - Redução proporcional - Exegese do art. 413 do Código Civil - Recurso provido, em parte.

Opostos embargos de declaração (fls. 385/386, e-STJ), esses forma rejeitados.

Em suas razões recursais (fls. 376/383, e-STJ), os recorrentes apontaram ofensa aos artigos 7º, 370, 373, II, 442 e 442 do Código de Processo Civil/15. Sustentaram, em síntese, cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, com a consequente impossibilidade de produção de prova oral.

Contrarrazões às fls. 397/403, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fl. 404, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado.

Daí o agravo (fls. 431/436, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual os insurgentes refutam o óbice aplicado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 439/445, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No tocante a ocorrência de cerceamento de defesa, o Tribunal local assim concluiu (fls. 363/365, e-STJ):

O agravo retido deve ser rejeitado, uma vez que as provas produzidas nos autos se mostram suficientes ao julgamento do feito.

A prova oral pretendida pelos apelantes era mesmo totalmente despicienda, como se verá.

Emerge dos autos o seguinte:

Antes mesmo de as partes firmarem contrato de franquia (26.9.2012), em 09.08.2012, a apelante Azurra Serviços de Lavanderia Ltda-Me firmou contrato de locação que tinha como objeto o imóvel onde foi, posteriormente, instalada a unidade franqueada (fls. 145/150).

Segundo os apelantes afirmaram em contestação, “logo no primeiro mês de atividade... perceberam que o imóvel apresentava sinais de infiltração”(fls. 131)

Em 23.03.2013, os franqueados foram notificados pela locadora para desocupação do imóvel, no prazo de 30 dias, para realização de reparos necessários à solução dos problemas de umidade, mofo e mau cheiro (fls. 151/152).

Após tomar conhecimento que a loja encontrava-se fechada e inoperante, em 25 e 26.04.2013, a franqueadora notificou os franqueados, acerca da rescisão do contrato de franquia. (fls. 67/69).

Os franqueados contranotificaram a franqueadora, alegando que:

“Muito embora a Franqueadora entenda que não houve justa causa para que a Loja Franqueada do bairro João Paulo estivesse fechada e inoperante, esclarece o Franqueado, que, **HOUVE A JUSTA CAUSA**, inclusive no tocante às condições do imóvel locado.

Referido imóvel está com problemas de vazamento e umidade há algum tempo, comprometendo e até impossibilitando a continuidade das atividades no local, como de fato ocorreu; sendo a empresa do Sr.

Everton e Sra. Priscila notificada em 23 de março de 2013 para desocupar o imóvel em 30 dias, cujo prazo limite fora dia 21 de abril de 2013...

O FRANQUEADO NÃO MOTIVOU O FECHAMENTO DA LOJA não tendo lugar qualquer a aplicação de multa acrescida de perdas e danos...

O Franqueado em nenhum momento cogitou a possibilidade de rescisão do Contrato entabulado entre as partes, pelo contrário, estava empenhado, como de fato está, em localizar outro imóvel que possibilite a instalação da Loja Franqueada...

O Franqueado não teve a sorte, neste curto espaço de tempo, de encontrar ainda um imóvel que fosse apto a este tipo de atividade, e ainda, foi surpreendido com toda essa situação...” (fls. 73/77)

Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que cabe ao juiz decidir sobre a produção de provas necessárias, ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias, de acordo com o art. 130 do CPC/73 (art. 370, CPC/15), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, notadamente quando as provas já apresentadas pelas partes sejam suficientes para a resolução da controvérsia.

O Tribunal local, após a análise do conjunto probatório constante dos autos,

considerou que se insere no poder de livre apreciação da prova do magistrado decidir sobre a necessidade da produção de provas. Rever tal entendimento demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS *AD EXITUM*. PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.044.194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se].

Desta forma, para acolhimento da pretensão recursal e alteração das conclusões das instâncias ordinárias, seria necessário o reexame do contexto fático e probatório dos autos, providência esta vedada pela Súmula 7/STJ.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo, majorando em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, com base no art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator